

Desafios da Educação nos Açores

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo

A sociedade atual depara-se hoje com um conjunto de desafios, que não vale a pena escamotear, são desafios enormes. Surgem esses desafios, em virtude de vivermos num mundo cada vez mais global, mais exigente do ponto de vista do conhecimento, onde somos invadidos permanentemente e diariamente por terabytes de informação, onde facilmente nos dispersamos em virtude dos focos de interesse que legitimamente ou não concorrem entre si.

Os nossos padrões de exigência são também cada vez mais elevados, sendo que a questão que muitas vezes se coloca relativamente à sustentabilidade de tais padrões, não é de resposta imediata.

Se vivemos numa sociedade de informação e conhecimento, uma reflexão sobre como deve ser feita a gestão da aquisição dessa informação e desse conhecimento, terá de se realizar, sendo que a reflexão sobre o lugar e o papel da escola nesse processo, terá também de ser equacionado.

Na realidade, haverá lugar para as aprendizagens formais e não formais, de maneira que umas e outras não tenham de disputar.

A sociedade educa através da família, grupos, organizações e dos media. Todos somos corresponsáveis pelo sucesso ou fracasso educativo individual e coletivo. Mas é a educação formal que organiza uma parte desse processo mais amplo, que é o ensino de conteúdos, habilidades, competências e valores importantes para a formação cívica do cidadão e orienta para escolhas pessoais e profissionais futuras. Se é verdade que a educação não se esgota na escola, tem a escola e continuará a ter, acredito, certamente um papel central, onde a educação escolar deverá ser cada vez mais inovadora e cada vez mais capaz de captar a atenção dos nossos jovens.

Hoje nos Açores esta é também uma realidade com a qual nos confrontamos.

A educação tem, imperiosamente, que se adaptar às necessidades das sociedades que serve. O grande desafio atual é o de nos adaptarmos às grandes mutações sociais, culturais e económicas criadas pela eclosão das novas tecnologias. Nesse sentido, a adaptação é indispensável, e urgente, mas não se trata de adaptar a educação às tecnologias, pois isso não seria mais do que subverter o papel das mesmas e retirar centralidade ao processo educativo, que se quer o foco das nossas atenções. Renegar a tecnologia será um erro, mas coloca-las ao serviço do processo de ensino-aprendizagem é uma necessidade à qual não nos podemos alhear. Os maiores desafios não

são de natureza tecnológica, mas, insisto, de natureza social, cultural e económica.

Por outro lado, a educação e a formação também estimulam o desenvolvimento pessoal e a cidadania ativa e promovem a igualdade, a inclusão social e a coesão.

Para que tal processo aconteça satisfatoriamente, a escola deve estar aberta ao diálogo e às relações com os professores, alunos e pais, promovendo um ambiente favorável para a verdadeira formação do ser humano, principalmente porque lida com aqueles que necessitam de cuidados especiais, mas que apesar disso, podem transformar a si e à realidade envolvente.

O processo de inclusão não deve ter como objetivo tornar todos iguais, mas respeitar as diferenças. Isto exige o esforço de professores capacitados e a utilização de diferentes métodos para responder às diferentes necessidades, capacidades e níveis de desenvolvimento individuais. Investir em profissionais especializados como tem vindo a ser feito ao longo dos anos a esta parte por parte do Governo dos Açores, é um investimento seguro, que defende cada vez mais uma escola inclusiva e que contribui assim para uma inclusão social que se quer também feita dentro dos muros da escola e que se for aí bem-feita, extravasará certamente a zona limítrofe ao espaço escolar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo

Para além de tudo isto, a educação é o principal elemento de toda e qualquer ação visando a empregabilidade.

Para os mais jovens, as afirmações de que um “futuro melhor” implica o prolongamento dos seus percursos escolares, até ao nível do ensino superior ou não, fazem parte do quotidiano, tanto nos discursos mais políticos e institucionais, como nas conversas com familiares e amigos.

A aposta na educação é e será sem dúvida o melhor investimento no futuro.

A Educação é o mais poderoso meio de combate ao desemprego e à precariedade laboral sendo que no futuro a incorporação de mais conhecimento virá diminuir as ocupações menos qualificadas e virá a aumentar as ocupações mais qualificadas.

Em suma: pese embora todo este emaranhado onde a sociedade atual se encontra mergulhada, esta não é contudo, na minha opinião, altura para grandes mudanças nas grandes políticas de educação. Acredito que a grande revolução pode ser implantada em cada escola na nossa Região.

Começa com os ótimos profissionais da educação que temos, com as infraestruturas adequadas que hoje já temos também e com a tecnologia necessária.

Não é pois por acaso, que no plano que hoje está aqui em análise, se assiste a uma forte aposta no combate ao insucesso e abandono escolar precoce, através do reforço de verbas ao nível dos projetos pedagógicos, que integram o Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar.

Este Plano, para além de incluir medidas já em execução e que têm demonstrado resultados promissores, define áreas e estratégias de intervenção prioritária que permitem não só o cumprimento das metas definidas para a educação e formação no âmbito do Programa Operacional Açores 2020, mas também as metas definidas para o Pro-Sucesso.

Cada unidade orgânica, através dos seus órgãos próprios, partindo do seu diagnóstico em termos de insucesso escolar, do contexto social em que se insere, do relacionamento que tem com a autarquia, com as outras escolas do concelho e com a comunidade educativa, dos recursos de que dispõe e das metas que pretende alcançar, ouvindo todos os envolvidos, especialmente os docentes e outros profissionais da educação, os alunos e os pais/encarregados de educação, elabora o seu próprio Plano de Promoção do Sucesso Escolar.

O ProSucesso, programa açoriano de promoção do sucesso escolar, é um programa para 10 anos e só poderá ser avaliado a prazo. Mas uma coisa é certa, houve a coragem de assumir a nossa realidade e encará-la de frente,

preparando-se um Plano consistente para fazer face aos problemas identificados e com a afetação das verbas necessárias para a persecução dos objetivos traçados.

Não será de mais recordar no entanto que, se o abandono escolar precoce é ainda elevado no país e na região, entre 2010 e 2013 verificou-se na região uma redução de cerca de 10 pontos percentuais, em linha com o todo nacional. Mas se esses resultados ainda não nos satisfazem, são sem dúvida um estímulo para se continuar a trabalhar no sentido da busca dos objetivos traçados.

A necessidade da convergência entre níveis de habilitações académicas de Portugal e, por conseguinte, dos Açores com a Europa, particularmente com a União Europeia, constitui justificação bastante para o reforço do investimento no Plano para 2016.

Acreditamos que a disponibilidade de infraestruturas modernas e funcionais favorece o incremento das práticas científicas e pedagógicas e, por consequência, o convívio escolar e o trabalho coletivo. Neste contexto, a conclusão da edificação de infraestruturas escolares, não deixará de corresponder à concretização de objetivos relevantes, entre eles a promoção do sucesso escolar e a redução do abandono escolar precoce.

Em matéria de projetos pedagógicos, regista-se o acréscimo substancial de fundos, fundos esses, essencialmente afetos à execução do Pro-Sucesso.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo

Mas ainda em matéria de Pro-Sucesso, fazamos também um exercício de análise da nossa situação atual, observando de onde partimos, para onde vamos e onde queremos chegar.

É consentâneo que o atraso estrutural e desinvestimento no passado terão tido consequências das quais estamos ainda hoje a ser vítimas.

Senão vejamos:

Em 1964, a duração da escolaridade obrigatória passou, formalmente, de 4 para 6 anos. Não foram, porém, asseguradas condições para a expansão da rede escolar, pelo que a escolaridade não se tornou extensiva ao conjunto da população em idade escolar. Com efeito, as condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória de seis anos só foram definitivamente estabelecidas nos finais dos anos 70.

De 1974 a 1976 a intenção de reformar o ensino secundário técnico, aproximando-o dos conteúdos do ensino geral (liceal), conduziu à efetiva perda dos cursos técnicos.

Contudo, o ensino profissional, sabemos hoje, deve assumir papel determinante nas políticas públicas de educação e formação a nível nacional e europeu. Satisfaz-nos saber que nos Açores tem-se vindo a apostar fortemente nesta via de ensino quer através da sua extensão, em 2004, à rede pública de escolas, quer através da definição e criação de outras ofertas formativas de cariz profissionalizante, de estrutura modular e de formação profissional inicial de curta duração, com o objetivo de qualificação da população.

Satisfaz-nos também saber que é intenção do Governo dos Açores continuar a apostar por conseguinte numa resposta diversificada ao nível das várias soluções formativas, com diferentes vocações, ao nível do 2.º e 3.º ciclo, mas essencialmente ao nível do ensino secundário, possibilitando a opção de cariz mais profissionalizante, com certificação de nível IV.

A política de formação profissional deve pautar-se por uma visão global que adeque os objetivos às necessidades tendo em conta os recursos disponíveis.

Hoje dispomos particularmente para a formação inicial, de um conjunto de estruturas com uma capacidade instalada significativa, e com capacidade para desenvolver uma ação qualitativamente importante, um meio essencial do desenvolvimento com consistência da formação profissional mais institucional.

Por outro lado, este orçamento é também muito positivo, na medida em que reforça os Apoios Sociais às famílias açorianas, garantindo um ensino que é efetivamente para todos, onde a igualdade de acesso não foi esquecida. Engloba um conjunto diverso de modalidades de apoio que combatem a exclusão social e promovem a igualdade de oportunidades das crianças e jovens.

As medidas de apoio socioeducativo, designadamente no que às participações para fazer face aos encargos com a aquisição de manuais e material escolar e com as refeições escolares, bem como ao subsídio para transporte escolar e as atividades de apoio à família estão assegurados, tendo sido ainda reforçados, e assumem, indiscutivelmente, particular importância na democratização do ensino, revelando-se indispensáveis no combate ao abandono escolar e à promoção da igualdade de oportunidades no acesso e na obtenção do sucesso escolar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo

As políticas de educação/formação não são um fim em si mesmas, mas um meio de apoio à qualificação e autonomia dos cidadãos e ao desenvolvimento da economia, a médio e longo prazo.

Não temos dúvidas portanto que o caminho percorrido até aqui em matéria de educação traduz-se num percurso sólido, que é a base daquilo que são as políticas que projetamos para o um futuro que sabemos exigente, e tal como até aqui, houve a coragem de em cada momento tomar as decisões que nem sempre foram as mais fáceis e a mais óbvias, mas que se têm revelado adequadas às nossas necessidades e à nossa realidade. Para os tempos que ão-de vir, temos um orçamento que já para o próximo ano, não descure os investimentos prioritários e necessários na área da educação, sempre com vista à obtenção do sucesso do sistema de ensino regional que se quer acessível a todos, sendo o garante de se alcançar os objetivos primeiros que queremos para a Educação nos Açores.

Disse.

Horta, sala das sessões, 24 de novembro de 2015

O Deputado: Nuno Meneses